

O PAPEL EDUCATIVO DA IMPRENSA NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO REPUBLICANO BRASILEIRO: A ATUAÇÃO DE RUI BARBOSA E JOSÉ VERÍSSIMO

Maria Cristina Gomes Machado¹

RESUMO: Este artigo analisa o papel educativo da imprensa na formação do cidadão republicano para Rui Barbosa (1849-1923) e José Veríssimo (1857-1916), expresso ao escreverem vários artigos na imprensa diária, na capital da República, Rio de Janeiro, no final do século XIX. Explicitavam os problemas enfrentados pela sociedade brasileira e discutiam questões importantes para o desenvolvimento material do país, sobretudo, destacam-se as denúncias sobre a precariedade do ensino. A questão educacional se acirrou na República, por ter sido pensada como capaz de disseminar princípios de disciplina e hábitos de trabalho, bem como formar o cidadão republicano por meio do ensino de leitura, escrita e moral e cívica para fomentar a unidade nacional. Esses autores utilizavam a imprensa para divulgar suas posições sobre a sociedade brasileira, no sentido de informar o cidadão republicano, colocando-a como importante veículo formador de opinião.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. História da Educação. Educação e Imprensa. Intelectuais e Educação.

¹ Doutora em Filosofia e História da Educação, pela Faculdade de Educação da UNICAMP e professora do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Este artigo é resultado de estudos realizados junto ao Grupo de Pesquisa "História da educação, intelectuais e instituições escolares" e ao projeto aprovado pelo Edital 032/04 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, no qual elegeram-se como objetivo compreender o papel do Estado e da educação para Rui Barbosa no processo de modernização da sociedade brasileira a partir dos artigos de sua autoria publicados nos jornais cariocas de 1889 a 1901.

ABSTRACT: This article goes over the educative role of press concerning the formation of the republican Brazilian citizen according what Rui Barbosa (1849-1923) and José Veríssimo (1857-1916) stated when they wrote several articles on the daily press, in Rio de Janeiro the national Republic, at the end of the 19th century. That moment, those authors used to state out the matters the whole Brazilian society was facing by discussing some import issues aiming a based development to the country. Above all, they enhanced and revealed the existing precarious learning system. The educational issue discussion got worse in the Republic, as it was thought of being able to spread out the discipline principles and the working habit as well as forming republican citizens by means of teaching reading, writing, moral and civism. That way they both were trying to create a national unity. Those two authors used to make use of the press in order to publish their position about the Brazilian society, aiming to get the republican citizen informed. The also used to consider the press as an important mean of building opinion.

KEYWORDS: Education. History of Education. Education and the Press. Intellectuals and Education.

Introdução

Este artigo analisa o papel educativo da imprensa na formação do cidadão republicano para Rui Barbosa² (1849-1923) e José Veríssimo³ (1857-1916). Estes autores atribuíam grande importân-

² Segundo Venâncio Filho (2002, p. 953), “Rui Barbosa não exerceu cargo de professor nem se dedicou especialmente às atividades educacionais, mas a sua obra como político, jurista e parlamentar e o interesse em assuntos de educação justificam a inclusão de seu nome entre os educadores”. Acrescente-se às suas tarefas, a de jornalista (LUSTOSA, 2000; MACHADO, 2007). Para conhecer seu pensamento e ação, sugere-se a leitura de Lacombe (1984) e Gonçalves (2000a), como educador destacamos os estudos de Lourenço Filho (1956), Gonçalves (2000b) e Machado (2002).

³ José Dias de Mattos Veríssimo, segundo Cavazotti (2002, p. 609), manifestou

cia a esse veículo de comunicação e escreveram vários artigos de cunho político, educacionais ou de crítica literária – como a maioria dos artigos de Veríssimo – na imprensa diária, na capital da República, Rio de Janeiro, no final do século XIX. Destacam-se os artigos publicados nos jornais *Diários de Notícias*, *A Imprensa* e *Jornal do Brasil*⁴.

Na passagem do Império para República, Rui Barbosa e José Veríssimo explicitavam os problemas enfrentados pela sociedade brasileira e discutiam questões importantes para o desenvolvimento material do país. Esses autores se destacaram por apresentar, também, textos sobre educação. Rui Barbosa escreveu a *Reforma do Ensino Secundário e Superior* (1942) e a *Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública* (1947a), apresentados na Câmara dos Deputados em 1882 e 1883 respectivamente, nos quais defendeu que o Estado deveria criar e manter o ensino no país desde o jardim de infância até o ensino superior. Proclamada a República por Deodoro da Fonseca, José Veríssimo escreveu *A educação nacional* (1985) em 1890 e *A Instrução e a Imprensa* em 1909. Nelas, defendia se necessário programar um projeto nacional de educação que contribuísse

a vocação de educador no Pará, província onde nasceu, “ Fundou e dirigiu a *Revista Amazônia*, da qual foram publicados dez fascículos no período de março de 1883 a fevereiro de 1884. Inaugurou e dirigiu o Colégio Americano entre 1884 e 1890, ajudado por Maria de Souza Tavares, que veio a ser sua esposa. Nesse último ano, foi, ainda, Diretor de Instrução Pública do Estado do Pará. Transferiu-se, então, definitivamente para o Rio de Janeiro [...]. Na Capital da República, ao lado de intensa atividade de crítica jornalística, atuou, durante sete anos, como Diretor do externato do Ginásio Nacional, denominação adotada pelo Colégio Pedro II no período republicano. Criado o Pedagogium em 1890, pela Reforma Benjamin Constant, José Veríssimo ainda viria a ser Direção desse órgão educacional”. Este autor declarava, enfaticamente, a importância da educação, sobretudo, como fator de unidade moral, ameaçada pelas condições geográficas e pelos novos fatores étnicos e nacionais (VERÍSSIMO, 1908).

⁴ O *Jornal do Brasil* foi fundado em 9 de abril de 1891 por Rodolfo de Souza Dantas e Joaquim Nabuco, destacados intelectuais do período, e funciona até a presente data.

para a formação do brasileiro. Ambos explicitam propostas, embora com posições diferentes, nas quais é analisada a situação educacional detalhadamente, mas denunciam, de maneira semelhante, a precariedade do ensino brasileiro. Essa questão se acirrou na República, já que a educação foi pensada como capaz de disseminar princípios de disciplina, hábito do trabalho e, sobretudo, formar o cidadão republicano que conquistara o direito de voto. Este deveria receber o ensino da leitura e da escrita associado ao de moral e cívica, entre outros conteúdos, para fomentar a unidade nacional, agregando à nova pátria a massa de imigrantes, oriunda de diferentes nacionalidades que se dirigiam para o Brasil, e o trabalhador nacional, com destaque para os escravos libertos e caboclos. Para tanto, investiga-se o interesse desses autores pela imprensa e como a utilizavam para divulgar suas posições sobre a sociedade brasileira no sentido de formar o cidadão republicano.

Nesse período, o país mobilizava-se em busca de modernização, o que caracterizou o final do Império como de intensas transformações, marcadas pela expansão cafeeira no oeste paulista, a imigração, a Guerra com o Paraguai, a organização do Partido Republicano, assim como por alguns conflitos que provocaram tensões entre o Estado e a Igreja e entre o Estado e os militares. Ainda, notadamente, avançavam os ideais positivistas, sobretudo as transformações foram provocadas pela abolição da escravatura em 1888, culminando com a Proclamação da República em 1889. Freire (1894 *apud* CURY, 2001) atribuía ao exército e à imprensa a influência na queda da monarquia, apontando-os como duas instituições sociais propagadoras dos ideais republicanos e democráticos. O exército assumiu, após a Guerra do Paraguai, várias iniciativas de cunho político e a imprensa republicana preparou terreno ao difundir a idéia de República. Para Freire, como explicitado por Cury (2001, p. 29), “[...] o número de jornais republicanos passou de 21 em 1870 para 86 em 1888”. Cabe ressaltar que, ao lado dos jornais ligados ao partido republicano, foram intensas as críticas à centralização da Monarquia e sua política, empreendidas por jornais oposicionistas, com destaque para a atuação de Rui Barbosa no *Diário de Notícias*.

Para detalhamento da posição de Rui Barbosa e José Veríssimo quanto ao caráter educativo da imprensa, este artigo está dividido em duas partes. Na primeira parte, destaca-se a ação de Rui Barbosa e suas idéias sobre educação, com destaque para as questões veiculadas pela imprensa. Na segunda parte, apresenta-se a proposta de José Veríssimo sobre educação e o livro que escreveu sobre a história da imprensa no Brasil.

1. O projeto educacional de Rui Barbosa

Rui Barbosa, baiano de nascimento, participou ativamente da vida pública nacional no momento de transição da Monarquia para a República, primeiro, como deputado e, depois, como membro do Governo Provisório, liderado por Marechal Deodoro da Fonseca. Manteve, concomitante a outras atividades, intensa atividade como jornalista na sua terra natal e na capital carioca. Escreveu na imprensa local por um curto período de tempo, transferindo-se para o Rio de Janeiro por volta de 1879 e, com alguns intervalos, permaneceu nesta cidade até a sua morte. Colaborou com diversos jornais, como o *Jornal do Comércio*, no qual escreveu uma série de artigos conhecido como *Cartas de Inglaterra*, produzidas durante seu exílio nesse país. Da sua atuação na imprensa diária, Cardim (1995, p. 706) escreveu, ao se referir ao jornal carioca *A Imprensa*:

A Imprensa foi, por assim dizer, a última etapa jornalística de Rui Barbosa. Embora em 1910-1912 voltasse ele às colunas do Diário de Notícias, reaparecendo em 6 de dezembro de 1909, para a campanha civilista, “ofanado na direção de Rui Barbosa”, como dizia seu redator-chefe Pedro Moacir, já aí o jornalista aparecia esporadicamente, porque da tribuna do Senado rolava, com maior repercussão nacional, a palavra do mestre da democracia, espoliado no seu direito de governar o país, porque os carrilhos políticos, mais uma vez, se antepunham entre ele e a vontade popular. A passagem pelo Diário de Notícias foi fugaz e intermitente. Se o jornalista era o mesmo, quão diferente era a época daquela em que

criara ele o problema da abolição, agitara a bandeira da federação, reivindicara a primazia do Poder Judiciário na ordem civil, abriu a questão revisionista.

A vida jornalística de Rui Barbosa foi tão notável quanto a sua vida de advogado e jurista e a sua vida parlamentar e de homem do governo [...].

Para Rui Barbosa, a atividade diária de escrever artigos para os jornais era eminentemente um tarefa educativa da qual muito se orgulhava. Para Athayde (1949, p. IX), ele reivindicava o título de jornalista com orgulho, porque considerava a imprensa como um importante veículo de divulgação de opinião.

Não há outra forma direta, leal e espontânea de comunicação com o público, ou meio mais eficaz para o apostolado político e religioso. Nem mesmo o tribuno falando pessoalmente aos grandes auditórios tem o poder de persuasão do jornalista, na intimidade que se estabelece entre ele e o leitor. Os dois afeiçoam-se, convivem, criam ligações profundas e duradouras. O fenômeno dessa ligação multiplica-se aos milhares, sem limites no tempo e no espaço.

O autor em estudo divulgava suas opiniões por meio do jornal diário, posicionando-se acerca de diferentes questões, opinava sobre política governamental e problemas cotidianos, como saneamento e urbanização da cidade do Rio de Janeiro, abastecimento de água, fornecimento de gás, iluminação pública com a utilização da força elétrica, incineração do lixo, serviço telefônico, entre outros. Discutiu, também, questões relacionadas à educação, no sentido da defesa do ensino público pelo jornal. Ao escrever o artigo “Lentes de Medicina” (BARBOSA, v. XXV, t. II, 1979), criticando o Projeto de Lei que reduzia os salários dos professores, ele registrou o compromisso da imprensa em defender a sociedade civil, sobretudo as causas educacionais:

Melhor é prevenir do que remediar, e é prevenindo, muitas vezes, que deste lugar se prestam os melhores serviços ao país. Vem o

abuso amostrando a ponta da unha, dá-lhe o jornalista em cima com o bom senso, ou a lei, e ei-lo que recolhe incontinentemente a garra. Surde o erro a furta-passo, tentando a coragem de assoalhar-se francamente; mas a imprensa, que o pressentiu, dá-lhe o rebate da censura, que o espera, e já não há mais que o recear. É uma das suas maiores utilidades esta função preventiva da imprensa. Vale talvez mais do que os seus meios de repressão; porque muito mais difícil é remover o mal feito, e o corretivo da crítica, em relação a medidas adotadas, tem de lutar com o amor próprio dos homens do poder, empenhado na defesa das suas obras.

São reflexões, que nos sugere a notícia do intuito, atribuído à comissão de orçamento na câmara dos deputados, quanto aos vencimentos no magistério nas escolas de medicina. (BARBOSA, v. XXV, t. II, 1979, p. 139).

Com a circulação diária do jornal, era possível levar a informação à população sobre questões urgentes do país. Para ele, o jornal era um “instrumento de educação nacional”, já que a imprensa era “[...] como uma escola, um magistério, a cultura cotidiana do espírito público, ministrada sob o voto de professar a verdade, insinuar o belo, advogar o bem”. (A IMPRENSA, 1898, n. 1, p. 1). Assim, o jornalista assumia o papel de um mestre de primeiras letras – professor – e, também, o papel de um catedrático da democracia em ação, visto que fornecia o pão de cada dia ao oferecer as primeiras lições e as primeiras idéias que contribuíam para a formulação de posicionamentos sobre os problemas econômicos, políticos, sociais e culturais.

Destacava, contudo, que a imprensa, assim como mobilizava para a preservação da vida em sociedade, poderia provocar a ruína de alguns ao desmoralizar rapidamente as pessoas. Representava um espaço privilegiado com um extenso alcance, por isso criticava os periódicos sensacionalistas por serem eram inconseqüentes. Um bom jornal seria aquele que contribuiria para formar opiniões e discutir questões importantes para o país.

Por meio dos jornais, Rui Barbosa criticou a escravidão, o sistema eleitoral, as medidas tomadas acerca da imigração e a

Monarquia. Defendeu a federação e sua radicalidade, expressou nas colunas dos jornais, afastou-o do Partido Liberal e o aproximou do movimento republicano, bem como dos militares ao escrever artigos em sua defesa nas páginas do *Diário de Notícias*. Esta aproximação permite compreender porque ele participou da conspiração republicana. Assim, Gonçalves (2000a, p. 58) argumenta:

É significativo que Rui, um republicano de última hora que até onde pôde se manteve fiel à Monarquia, estivesse, ao contrário de tantos republicanos históricos, na reunião crucial que determinou a queda do Império brasileiro. Ele acabou sendo, pela precipitação dos acontecimentos, um dos principais braços civis do golpe militar que proclamou a República.

Rui Barbosa participara, de uma forma ou de outra, nas três célebres “questões” que tradicionalmente (e um tanto erroneamente) se arrolam como tendo gerado a queda do Império. [...] envolvera-se com paixão na Questão Religiosa, não poupando críticas às ações do governo imperial e defendendo em várias frentes de batalha a liberdade religiosa e a separação entre Igreja e Estado. Fora um dos grandes tribunos do abolicionismo, embora sua propaganda contra a escravidão tenha estado fortemente concentrada nos períodos 1866-70 e 1884-88. Mas não param aí seu envolvimento na Questão Servil: redigira um dos mais audaciosos projetos de emancipação, que levava à dissolução da Câmara e à queda de um gabinete. Quanto à questão militar propriamente dita, em 1887, passara por ela apenas para redigir um importante manifesto assinado por dois generais. Porém, quando renasceram com maior profundidade as divergências entre civis e militares, foi um dos maiores aliados destes últimos, a ponto de juntar-se à conspiração que pôs fim à Monarquia.

Comprometido, pois, com esse movimento, após a Proclamação da República pela tropa chefiada pelo general Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa foi convidado para trabalhar como Ministro da Fazenda, em função das críticas escritas nas colunas do *Diário de Notícias* (BARBOSA, 1947b), opondo-se à política econô-

mica de Ouro Preto, último ministro da pasta no governo imperial. Nesse ínterim, como homem do Estado, colocava em prática as reformas pelas quais lutara e propagara nos últimos anos do Império, mostrando que a Monarquia era inadequada à modernização em processo no país.

A República, desse modo, foi proclamada como resultado da conjugação de diversas forças, particularmente de uma parcela do exército e dos republicanos. Sua instalação decorreu de uma nova realidade econômica e social instalada a partir de 1870, gestada pela globalização do capital internacional, ao mesmo tempo que, internamente, crescia o movimento republicano como resultado da substituição do trabalho escravo pelo livre, do crescimento da imigração, da urbanização, do desenvolvimento de algumas indústrias e de um incipiente mercado interno. Questionava-se, ainda, como o país estava organizado, produzindo debates sobre centralização e federação, sobre a secularização dos cemitérios e o casamento civil, sobre a separação da Igreja do Estado, e a necessidade de regulamentar-se a questão eleitoral. Nesse turbilhão, encontrava-se, também, o debate sobre educação.

Rui Barbosa escreveu nos anos de 1882 e 1883 os *pareceres sobre o ensino primário, secundário e superior*, mostrando que o ensino ofertado no Império era precário e incompatível com os países civilizados. Defendia que era preciso expandir o ensino em todos os níveis, incluindo os jardins de infância. Observava que os programas escolares deveriam ser reorganizados, visto que o estado do ensino existente era caótico. Para tanto, fez um minucioso estudo dos dados estatísticos produzidos pelos ministros do Império, e nele, verificou o aumento do número de escolas, mas abaixo do índice de crescimento populacional. Para combater esses baixos índices educacionais, propunha um projeto emergencial para o Brasil, buscando sensibilizar a Câmara dos Deputados para a importância da educação, tal como acontecia em países da Europa ou no próprio Estados Unidos. O sistema educacional era precário em todas as províncias brasileiras, embora algumas se destacassem, mas, mesmo assim, ofertavam escolas de forma insuficiente.

Em função de uma política descentralizadora, a educação primária era responsabilidade das províncias, e a secundária e superior do governo central. Segundo Rui Barbosa, essa política dificultava um projeto nacional para que as ações no campo da educação escolar fossem integradas. Interpretava que a Constituição do país não proibia ações por parte da Monarquia em todos os níveis educacionais, propondo, portanto, a criação de um Ministério da Instrução Pública que se encarregasse somente da educação e, fundamentalmente, destacava a necessidade de aumentar os investimentos nesse setor, visto que havia pouco investimento pelo governo central. Comparou as despesas do ensino com as despesas dos militares: “O Estado, no Brasil, porém, consagrava a esse serviço apenas 1,99% do orçamento geral, enquanto as despesas militares nos devoravam 20,86% da despesa total” (BARBOSA, v. X, t. I, 1947a, p. 163-164).

Com o Estado financiando a educação, esta deveria ser gratuita e, nesse caso, também obrigatória. A obrigatoriedade escolar estava prevista em lei, mas não era executada, apesar da disposição do Decreto de 19 de abril, de Leôncio de Carvalho (MACHADO, 2005), que deu origem aos *pareceres* que delimitaram a idade escolar dos 7 aos 14 anos para meninos e meninas ser importante. Ao tornar a escola obrigatória, necessário se fazia a instituição de penalidades para os pais e responsáveis que a descumprissem, exigia-se a obrigatoriedade e a cobrança de multas, com possibilidade de pena de prisão em caso de resistência dos mantenedores das crianças. Esta só seria possível se o Estado financiasse a escola pública. Para que todos pudessem frequentar a escola, o ensino religioso não poderia fazer parte do programa de ensino, devendo ser livre de dogmas religiosos. O Estado seria

[...] apenas a organização legal das garantias de paz comum e mútuo respeito entre as várias crenças, convicções e tendências que disputam, pela propaganda persuasiva, o domínio do mundo. A verdade científica, a verdade moral, a verdade religiosa estão fora da sua competência. (BARBOSA, v. X, t. II, 1947a, p. 05).

Este ensino, portanto, pressupunha mudança completa tanto nos conteúdos quanto nos métodos, adequando-se à fisiologia da criança, de maneira a estimular a curiosidade e o entendimento das palavras, com base no método intuitivo e lições de coisas⁵, sem recorrer à memorização, à cartilha e ao ponto de exame. Sugeria novos fundamentos para o ensino ao citar Herbert Spencer:

O mais sério voto da reforma, portanto, deve se predispor as circunstâncias para um sistema de ensino popular, em que “o espírito da criança não seja contrariado e tolhido no seu desenvolvimento pelas lições mecânicas de mestres incapazes (*stupid*); em que a instrução, em vez de ser, para o preceptor e o discípulo, um mútuo incômodo, seja um prazer comum, satisfazendo, na ordem apropriada, às faculdades, cada uma das quais veementemente aspira a uma instrução apresentada sob a devida forma.” (BARBOSA, v. X, t. II, 1947a, p. 48).

Para ele, esse novo método era atraente para a criança e, portanto, mais fácil de ser aplicado. “Insinuar, *pelos métodos objetivos*, no espírito da criança as noções rudimentares da ciência da realidade, inocular-lhe na inteligência o hábito de observar e experimentar, é infinitamente menos árduo que martelar-lhe na cabeça, por meio de noções abstratas e verbais, o catecismo, a

⁵ Rui Barbosa (1956) traduziu as “Lições de Coisas” de autoria do americano Calkins, publicado no Brasil em 1886, destacou que este livro fora recomendado pela comissão francesa de instrução primária na exposição internacional de Filadélfia. Explicou que: “A *lição de coisas* não é um assunto especial no plano de estudos: *é um método de estudo*; não se circunscreve a uma secção do programa: *abrange o programa inteiro*; não ocupa, na classe, um lugar separado, como a leitura, a geografia, o cálculo, ou as ciências naturais: é o *processo geral*, a que se devem subordinar todas as disciplinas professadas na instrução elementar. No pensamento do substitutivo, pois, a lição de coisas não se inscreve no programa; porque constitui o espírito dele; não tem lugar exclusivo no horário: preceitua-se para o ensino de *todas as matérias, como o método comum, adaptável e necessário a toda*” (BARBOSA, v. X, t. II, 1947a, p. 214-215, grifo do autor).

gramática e a taboada.” (BARBOSA, v. X, t. II, 1947a, p. 59).

Para fundamentar suas propostas, recorria a Froebel e a Pestalozzi por se preocuparem em familiarizar o espírito da criança com a natureza. Ao listar o programa escolar, enumerou as seguintes matérias: 1. Educação Física; 2. Música e Canto; 3. Desenho; 4. Lições de Coisas, entendida como método intuitivo; 5. Língua Materna e Gramática; 6. Rudimentos das Ciências Físicas e Naturais; 7. Matemáticas Elementares e Taquimetria; 8. Geografia e Cosmologia; 9. História; 10. Rudimentos de Economia Política; e 11. Cultura Moral e Cultura Cívica.

O índice de analfabetos era muito alto, muitos não tinham acesso à leitura, o que dificultava sua politização. Esta crença era compartilhada por muitos republicanos, tanto que a Constituição de 1891 proibia o voto do analfabeto⁶, por considerá-lo uma ameaça ao governo que se instaurava. Essa proibição se justificaria pela necessidade de estimular o cidadão votante a frequentar os bancos escolares. Segundo Cury (2001, p. 101):

A instrução era vista como um meio de transformar o súdito em cidadão político, e ela teria também o papel complementar de possibilitar ao cidadão o entendimento das novas tarefas do Estado no campo do casamento civil, da secularização dos cemitérios, da laicização e suas decorrências.

O brasileiro alijado dos bancos escolares o que saberia? Onde aprenderia as lições republicanas? Era problemática a sua dependência do que ouvisse de outras pessoas, não desenvolvendo opiniões próprias, desqualificando-se, portanto, para o exercício do voto. Contraditoriamente, disseminavam-se idéias sobre política, economia ou cultura por meio do que se ouvia no “bar da

⁶ Sobre o voto do analfabeto recomenda-se a leitura de Machado (2002). A exigência de saber ler e escrever restringia o número de votantes, embora não fosse censitário. Essa exigência não contribuiu para um aumento significativo do número de bancos escolares, mostrando um alto índice de analfabetos no decorrer do século XX.

esquina”, sobretudo nas pequenas cidades. Em muitas delas, alguns alfabetizados liam jornais para os colegas e, assim, no “boca a boca”, as notícias se espalhavam e a imprensa escrita disseminava seus pontos de vistas. Veríssimo escreveu sobre a história da imprensa no Brasil e a dificuldade de seu crescimento frente ao grande número de analfabetos, dando destaque para o seu caráter formador de opiniões. Tal questão não era desconhecida, também, por Rui Barbosa, que defendia a organização da educação nacional e o crescimento do número de jornais, bem como a liberdade de imprensa.

2. O projeto nacional de José Veríssimo

Em 1808, com o estabelecimento da corte portuguesa, a imprensa se estabeleceu no Brasil, porém, segundo Veríssimo, a sua introdução foi anterior a essa data. Na segunda metade do século XVIII, Antonio Isidoro da Fonseca – Patriarca da Imprensa no Brasil – fundou uma tipografia na Rio de Janeiro. Sobre esse período escreveu:

Também foi efêmera a existência da imprensa de Isidoro da Fonseca, de 1747. Já nessa época, os governos absolutos, que eram todos, desconfiavam da imprensa, e embora o jornalismo apenas balbuciasse em Portugal no noticiário anodino ou nos artigos inocuos da *Gazeta de Lisboa*, o governo português velava cioso que a sua colônia não possuísse um meio de manifestação e propaganda de pensamentos, que se lhe autolharia de danoso ao seu domínio. E por isso mandou suprimir essa tipografia. Dobrado pouco mais de meio século devia-se então instituir definitivamente a imprensa no Brasil, e seria o próprio governo português transferido para aqui, quem a estabeleceria. (VERÍSSIMO, 1900, p. 32).

Depois da chegada da família real, em 13 de maio de 1808, ocorreu a introdução permanente da imprensa. Veríssimo citou como primeiro jornal do Brasil a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822), sob responsabilidade da Secretaria do Estado dos Negoci-

os estrangeiros e da Guerra. Este era um jornal oficial, que publicava atos do Governo, notícias de acontecimentos do exterior e do Brasil, falecimento de pessoas importantes, anúncios, avisos, entre outros. Posteriormente, em 1822, mudou o nome para *Gazeta do Rio* e, em seguida, denominou-se *Diário do Governo*. Destacou a censura das notícias que cerceavam os artigos. Com a Independência do país em 1822, vários jornais passaram a ser publicados. Inclusive, Veríssimo (1900, p. 39) destacou a influência da imprensa nessa mudança:

Dois jornais, o *Reverbeiro Constitucional Fluminense* e o *Tamoyo*, tiveram no período imediatamente antecedente e conseqüente a Independência, e nos acontecimentos dela, notável papel e eficaz ação. Redigiam o primeiro, que se publicou em 1881-1822, o Cônego Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Leddo, e o segundo, de 12 de Agosto a 12 de Novembro de 1823, o próprio Jose Bonifácio de Andrade e Silva.

Além dos jornais impressos no Brasil, registrou a influência no espírito público provocada pelo jornal *Correio Braziliense*, não impresso no Brasil, sob responsabilidade de Hippolyto José da Costa Pereira Furtado de Mendonça. Para o autor, entre os anos de 1828-1835, houve uma “[...] verdadeira excitação dos sentimentos nacionais e cívicos, de desrespeito do elemento português ou ainda adheso a Portugal e ao primeiro imperador, e de receios dos elementos nativistas e nacionalistas, as discussões da imprensa eram ardentes, excessivas, descompostas”. (VERÍSSIMO, 1900, p. 39). Muitos jornais foram criados e logo desapareceram, a febre do jornalismo político durou até 1840. Em 1860, o Rio de Janeiro tinha mais de 30 tipografias, depois de “[...] 1870 tomou a imprensa um grande incremento na capital do Império” (VERÍSSIMO, 1900, p. 41). Fundou-se o *Jornal República*, órgão republicano de 1870 a 1874. Embora proliferassem os jornais, aqueles ligados a partidos políticos não duravam muito. Destacou, ainda, os jornais *Gazeta da Tarde* e *Diário de Notícias*, de 1885, já que tiveram grande influência na última década do Império:

Nos últimos tempos do Império, dois jornais dos moldes da Gazeta, a *Gazeta da Tarde* (1880-1881), redigida pelo Dr. Ferreira de Menezes, e o *Diário de Notícias* (1885), então sob a direção do Dr. Ruy Barbosa, tiveram grande influência, o primeiro no movimento popular para a abolição da escravidão, o segundo no preparo do país para o advento da República, pela sua ação na decomposição da disciplina do exército e seus ataques ao derradeiro ministério da monarquia e à vontade popular. Desde Evaristo da Veiga com sua *Aurora*, se não vira no Brasil ter um jornalista tamanha influência. O dr. Ruy Barbosa foi, pela sua campanha no *Diário de Notícias*, um dos principais fatores da República. (VERÍSSIMO, 1900, p. 42).

Embora exagerada essa alusão à campanha de Rui Barbosa, Veríssimo permite notar nesta passagem a importância que atribuía à imprensa na propaganda republicana. Com a República, ele destacou que se multiplicaram os jornais, muitos de vida efêmera, o mais duradouro foi o *Jornal do Brasil*, fundado em 1891. As províncias lentamente criaram seus jornais, nestas, “[...] as discussões jornalísticas tomavam em geral uma feição ardente, violenta, desbragada mesmo e apreciando-se em comum o jornalista pela sua capacidade de insolência e de descompostura. Não se perderam nem lá, nem mesmo aqui, onde, aliás, o defeito é menor, estes maus hábitos” (VERÍSSIMO, 1900, p. 69). Nesse período, a imprensa modificara-se, nascia o

[...] jornal barato, leve, popular, mais noticioso do que doutrinário, ocupando-se mais o repórter que o redator, desenvolvendo mais o anúncio. Não são em verdade muito grandes os progressos pela imprensa feitos, nem, podem ser, atento o analfabetismo de 8/10 da população. Melhorou, entretanto, bastante todo o serviço material da imprensa (VERÍSSIMO, 1900, p. 69).

Veríssimo (1900) acreditava no caráter educativo da imprensa, mas mostrava a dificuldade de sua expansão dado o alto índice de analfabetismo existente no país. Assim, para se manter os jornais, ampliam-se as publicações particulares pagas e os “ape-

dados”, visto que era uma forma de manter os custos das publicações. A situação se complicou com a República, que ampliou a censura, usando da força, da destruição, do incêndio, do empastelamento de tipografias, dos ataques pessoais, dos ferimentos, mortes ou tentativas de mortes de jornalistas para fazer calar qualquer tipo de oposição, sobretudo depois que Floriano Peixoto tomou posse em 23 de novembro de 1891. Denunciava que isso se devia ao predomínio da força militar nos primeiros governos republicanos, destacou a necessidade de liberdade da imprensa e a necessidade de crescimento desse meio de comunicação. Do especial papel destinado à imprensa, afirmou:

Depois do que dissemos quase não há mister notar a parte da imprensa nos sucessos mais consideráveis da nossa história: a nossa emancipação política, o estabelecimento da monarquia constitucional, a libertação dos escravos, a proclamação da República [...] A abolição é também, e acaso principal, obra dos jornais e jornalistas, e, salvo raras e indignas exceções, toda a imprensa brasileira foi, abolicionista. (VERÍSSIMO, 1900, p. 70).

Com esta conclusão, José Veríssimo registrava a necessidade de apoio para o crescimento da imprensa, dado o impacto que uma discussão poderia ter ao ser conduzida por um repórter responsável. Mostrava, assim, entusiasmo por esse efetivo meio de formação da opinião, contudo elegeu a escola como o meio mais eficaz para a formação do cidadão nacional. No livro *A Educação Nacional* (1985) escrito logo após a Proclamação da República, defendia a necessidade de o Estado se responsabilizar pela educação pública, afirmando que ela era o meio mais eficaz para se alcançar as correções que se faziam necessárias no país. Registrou, todavia, que o novo regime de governo – República – não havia atendido a esse problema de maneira merecida.

Benjamin Constant, como primeiro ministro da pasta de “Instrução Pública, Correios e Telégrafos”, implantou uma reforma, em 1890, que provocou muita polêmica e alguns de seus regulamentos não tiveram desdobramentos práticos. Dentre essas me-

didat, buscou reformar totalmente a instrução desde o ensino secundário, superior e técnico, em todo o país, até a instrução primária no Distrito Federal que estava sob sua responsabilidade. Com a adoção do regime federativo, mantinha-se a descentralização do ensino que vigorava no período Imperial, o que tornava o ensino primário de competência dos estados federados. Veríssimo (1985, p. 15-16), em 1906, ao escrever uma apresentação à segunda edição de seu livro, afirmou que essa reforma deixou a desejar:

Aceito, na prática ao menos como um fato ainda por muito tempo necessário, o princípio de intervenção do Estado em matéria de instrução pública, princípio, de parte a restrição que também fazemos, corrente em todo o mundo civilizado e apenas contestado por uma minoria insignificante, a reforma do Sr. Benjamin Constant apresenta-se com um caráter de pronunciado liberalismo.

Destacava, ainda, que a situação do ensino era grave. Em nível nacional, a reforma republicana não teve alcance, nem mesmo as crianças em idade escolar que moravam no Distrito Federal tinham escolas suficientes para atendê-las, tornando-se graves as diferenças e descasos dos novos estados federados. Para Veríssimo (1985, p. 29), depois de 24 de fevereiro de 1891, com

[...] as leis e regulamentos que regiam aquelas duas espécies de ensino e os institutos que aqui no Rio de Janeiro e em alguns Estados o distribuíam, tudo na realidade continuou como dantes. Ou, mais exatamente, piorou. Não podia ser maior [...] o desinteresse dos poderes públicos por esta sua função de velar pela educação nacional [...].

Como se mostrava a situação do ensino? O quadro desenhado por Rui Barbosa se alterara? Embora crescesse o entusiasmo pela educação escolar elementar como meio de formação da unidade nacional desejada, o governo republicano não cumpriu suas promessas. Agravava-se o quadro em algumas localidades, mui-

tos imigrantes abriam, por iniciativa particular, escolas em suas colônias e ensinavam na língua de seu país de origem. Tal situação dificultava o estabelecimento de um espírito de nacionalidade no Brasil. Ao escrever sobre a instrução pública, em 1900, e ao se referir à educação no período imperial registrou Veríssimo (1900, p. 9-10):

Mas a instrução era assim escassíssima. A diminuta população do país, disseminada pela sua vasta extensão, não tinha, a não ser nas cidades da orla marítima algum raro centro de povoação do sertão, meios de adquiri-la, e nem lhe sentia a necessidade. Escolas e mestres eram poucos frequentados, e o catecismo e a cartilha oral teriam mais frequentadores do que o silabário. Portugal foi sempre, e é ainda agora, uma das nações mais atrasadas em matéria de instrução. O catolicismo, aliás, não favorece a leitura, substituindo a lição diretamente recebida dos livros santos, pela instrução oral do sacerdote. O colono na maior parte não sabia ler, sua mulher ainda menos instrução teria, sabendo-se qual era a sua condição intelectual na península ibérica nos séculos da conquista e civilização do Brasil. [...] Não foram os jesuítas, para quem o ensino era um meio de domínio e catequese, e a colônia inteira teria ficado na mais completa ignorância. Até o princípio deste século, as mulheres não recebiam nenhuma instrução no Brasil, poucas sabiam ler, menos ainda sabiam escrever e quase nenhuma contar, e a isso limitavam a instrução feminina no Brasil. As assinaturas de cruz chamadas, em que o signatário por não saber escrever, fazia uma + e outro assinava <<a rogo>> dele adiante, são superabundantes nos documentos da época. Pode-se afirmar que na época da independência (1822) mais talvez de 95% da população era analfabeta.

Em meados do século XIX, o sistema de instrução, segundo ele, era semelhante ao instituído com as medidas pombalinas completadas por D. João e, no Brasil, por D. Pedro I. Esta situação se alterou sensivelmente com a reforma, em 1837, de Bernardo Pereira de Vasconcelos no ensino secundário, criando o Colégio Pedro

II. Posteriormente, destacou a reforma de Couto Ferraz (Visconde de Bom Retiro), que instituiu o ensino primário sobre fundamentos mais sólidos e nacionais na capital do país em 1854. Em outras municipalidades, o ensino continuava em degradação.

No Brasil em matéria de ensino não são as reformas e regulamentos que faltam, há-os ao contrário de sobejo. De fato todos eles, principalmente na prática, alteravam pouco, e a rotina do professorado, o desmazelo dos funcionários administrativos e a falta de fiscalização das autoridades superiores inutilizavam-n'os todos ou reduziam todos a um tipo invariável, apesar das exterioridades regulamentares e burocráticas. No nosso ensino público nunca houve alma, espírito, idéia; não lhe faltaram, porém, jamais longos, minuciosos e pomposos regulamentos. Neles se refletia sobretudo a pouca competência em geral dos legisladores, e um amálgama incongruente de bons e maus princípios, de idéias sãs e falsas, de pouca adaptabilidade ao nosso meio e condições, tudo copiado com pouca reflexão e espírito prático dos livros estrangeiros sobre o assunto, ou imitado sem discernimento do que no exterior se praticava. (VERÍSSIMO, 1900, p. 17)

Assim, encerrou Veríssimo as críticas ao Império e suas ações no que se referiam ao ensino. Ao tratar da República e do estado atual da educação, marcou que o novo ministério durou pouco. Este propôs uma reforma completa para o ensino primário e secundário sob sua responsabilidade no Distrito Federal, depois para o ensino superior e a educação artística e técnica em todo o país. Esta situação ainda se mantinha em 1900 no Rio de Janeiro, de forma que o ensino se achava organizado sob a forma integral, com o seguinte programa: leitura, escrita e ensino prático da língua materna; contar e calcular, aritmética prática até regra de três; sistema métrico, geometria prática; elementos de geografia e história, especialmente da América e do Brasil; lições de coisas e noções concretas de ciências físicas e naturais; instrução moral e cívica; desenho; trabalhos manuais para os meninos e de agulha para as meninas; noções de agronomia; ginástica. Verificou-se um

esforço para ampliar o ensino, mas poucos estados apresentavam um interesse pela sua disseminação, desconsiderando o caráter formativo da escola primária na construção da nação brasileira.

Considerações finais

Estes autores defendiam a reorganização da escola pública de modo que ela fosse assumida pelo Estado em seu financiamento e em sua orientação técnica. Escreveram importantes livros sobre o ensino em diferentes períodos, mas as críticas que faziam ao ensino existente denunciavam as dificuldades de seu desenvolvimento e o descaso público com a difusão da escola primária. Barbosa e Veríssimo alertavam ser a educação um elemento importante na construção da cidadania, do espírito laborativo e de nacionalidade. Mas a instituição escolar não estava isolada, outras instituições colaboravam nessa tarefa de formação, como exemplo, detalharam-se as suas posições sobre a imprensa e a mobilização de opiniões que se podia provocar por esse veículo de comunicação, por isso reivindicavam responsabilidade e liberdade de expressão para os jornais.

A educação escolar foi posta como uma relevante atividade política por elevar o indivíduo a uma situação diferente de seus conterrâneos – analfabetos e ignorantes –, visto que, por meio da leitura de jornais diários, poderia identificar o nome dos políticos e conhecer suas idéias, capacitando-se para a escolha acertada no momento de eleição, sem por em risco a ordem e o progresso almejado para o país. Nessa tarefa, a imprensa poderia contribuir ao difundir o projeto de nacionalidade de intelectuais que se consideravam porta-vozes de um projeto modernizador, cujo objetivo era incrementar o trabalho agrícola e expandir a indústria conforme premissas do capital internacional. Para tanto, as diferentes classes sociais deveriam reconhecer seu papel nesse processo e combater barreiras geográficas, étnicas e idéias que pusessem em risco a propriedade privada e a livre concorrência individual. A formação moral e cívica tinha espaço privilegiado na formação do novo cidadão.

Os jornais eram meios pelos quais esses intelectuais se inseriam na cena pública como representantes de grupos sociais ou políticos, veiculando suas idéias por meio de escritos impressos. Dado ao maior alcance dos jornais diários, este era um recurso utilizado para se fazer “ler” e colher adeptos aos seus projetos e opiniões. Rui Barbosa e José Veríssimo, com diferentes atuações e opiniões, compartilhavam da crença da educação como veículo construtor de um Brasil moderno, urbano, industrial e alfabetizado. A educação teria uma importante tarefa ao lado de outras reformas que contribuíssem para o desenvolvimento econômico de um país republicano.

Referências

A IMPRENSA. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 1898.

ATHAYDE, Austregésilo de. Prefácio. In: BARBOSA, Rui. A ditadura de 1893 [Jornal do Brasil]. *Obras Completas*. v. XX, t. II ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949. p. IX-XXII.

BARBOSA, Rui. Reforma do ensino secundário e superior. *Obras completas*. v. IX, t. I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942.

_____. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. *Obras completas*. v. X, t. I ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947a.

_____. Lições de coisas (Tradução). *Obras completas*. v. XIII, t. I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1956.

_____. Queda do Império (Diário de Notícias). *Obras completas*. v. XVI, t. I ao VIII. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde: 1947b.

_____. A Imprensa. *Obras completas*. v. XXV, t. I ao III. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1979.

CARDIM, Ermanno. Rui Barbosa, o jornalista da República. In: LACERDA, Virgínia Cortes de (Org.). *Rui Barbosa: escritos e discursos seletos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. p. 693-707.

CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. José Dias de Mattos Veríssimo. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. *Dicionário de educadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC- Ineo-Comped, 2002. p. 609-614.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Cidadania republicana e educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GONÇALVES, João Felipe. *Rui Barbosa: pondo idéias no lugar*. Rio de Janeiro: FGV, 2000a.

GONÇALVES, Vera Teresa Valdemarin. *O liberalismo demiurgo*. Estudo sobre a reforma educacional projetada nos Pareceres de Rui Barbosa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000b.

LACOMBE, Américo Jacobina. *À sombra de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

LOURENÇO FILHO. *A pedagogia de Rui Barbosa*. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

LUSTOSA, Isabel. Rui, jornalista. In: LUSTOSA, Isabel et al.. *Estudos históricos sobre Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2000. p. 9-42.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Rui Barbosa: pensamento e ação: uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional*. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

_____. O Decreto de Leôncio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate – A criação da escola para o povo no Brasil no século

XIX . In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. *História e memórias da educação no Brasil*. v. II. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 91-103.

_____. Estado e educação “em preto e branco”: a atuação de Rui Barbosa no Diário de Notícias (1889). In: SCHELBAUER, Analete Regina; ARAÚJO, José Carlos Souza (Orgs.). *História da educação pela imprensa*. Campinas: Alínea, 2007. p. 31-52.

MANGABEIRA, João. *O estadista da república*. São Paulo: Livraria Martins, 1960.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Rui Barbosa. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. *Dicionário de educadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-Ineo-Comped, 2002. p. 952-955.

VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

_____. *A instrução e a imprensa*. 1500-1900. Memória. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

_____. Prefácio. In: TAVARES, Paulo. *Questões de ensino*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. p. IX-XXJ.

Recebido em maio de 2008
Aprovado em julho de 2008